



CEPAL

GUIA DE ESTUDOS



PEMUN
Pernambuco Model United Nations

2ª ED. 2019

PERNAMBUCO MODEL UNITED NATIONS

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

GUIA DE ESTUDOS

Tópico A: Investimento e Desenvolvimento na América Latina alinhados à Agenda 2030

Tópico B: Aliança do Pacífico e Mercosul: o papel de blocos econômicos no fortalecimento regional



PERNAMBUCO MODEL UNITED NATIONS

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

GUIA DE ESTUDOS

DIRETORIA DO CEPAL

Amanda Vieira Barros

Eduarda Matos Paffer

Felipe Gustavo Ramos de Oliveira

Leonardo Sarmento Teixeira

REVISÃO

Gabriel Lima da Costa Câmara

Isabela Maria Pereira Paes de Barros

Luca Rodrigues de Sousa

ARTE DA CAPA

Herbertt Cabral Pereira da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Gabriel Lima da Costa Câmara

RECIFE/PE

2019



CARTA DO SECRETARIADO

Queridíssimas/os delegadas/os,

Nesta segunda edição, o PEMUN traz, novamente, o nosso compromisso em apresentar comitês verosimilhantes com temas de relevância nacional e internacional. Nos dedicamos em proporcionar a vocês, delegados, guias de estudo com a maior excelência possível, todos voltados a enriquecer seus conhecimentos, ajudando-os a ter mais propriedade para debater e servindo para incentivá-los a se aprofundarem nos tópicos tratados.

As temáticas abordadas foram pensadas com muito amor e cuidado, tanto para abranger assuntos urgentes no cenário internacional, como para fazê-los refletir e aprimorar seus conhecimentos acadêmicos e discursivos. Em especial, foi nosso desejo dar espaço a temas e narrativas muitas vezes deixadas de lado pela sociedade.

Sabemos das riquíssimas vantagens que a participação em simulações de organismos internacionais traz para todas as esferas de aprendizado. Por isso, desejamos verdadeiramente que vocês possam tirar o máximo de proveito deste guia e da oportunidade de participar do evento. Esperamos fazer de vossos clamores, uma só voz novamente.

Bons estudos!

O Secretariado Acadêmico do II PEMUN

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Felipe Gustavo Oliveira, 20 anos, recifense, é estudante do quinto período da Faculdade de Direito do Recife. Com a sua experiência como um dos diretores da UNCTAD no PEMUN 2018, somado ao seu espírito de liderança e à sua atenciosidade, Felipe é diretor principal da CEPAL. Além de ter uma vida acadêmica intensa, mas gratificante, e a responsabilidade de organizar um Comitê, ele também estagia em um escritório de advocacia e faz curso de língua estrangeira. Sim, ele não para! Nos seus momentos mais livres, Felipe, também identificado como um grande apreciador de brejas, gosta de conhecer as hamburguerias da cidade do Recife e assistir aos jogos do seu time de coração, o Clube Náutico do Capibaribe - também conhecido por alguns pernambucanos como o time que não via uma taça há mais de uma década, apesar de, em 2018, ter superado esses tempos sombrios. Por último, é importante ressaltar que o nosso querido diretor é sagitariano com ascendente em Capricórnio.

O nome dela é **Amanda Vieira Barros**! Estuda Economia na UFPE. Um dos *hobbies* preferidos dela, com certeza, é ler. Gosta também de literatura russa, e o seu livro favorito é *Os Irmãos Karamázov*, de Dostoiévski. Como ninguém vive sem música, não pode faltar em suas playlists: *High And Dry*, do *Radiohead* ou *O que Será (À Flor da Pele)*, de Chico Buarque. Geminiana nata - odeia rotinas, quem não? - mas é tímida! Às vezes, paga de chata, mas é um amorzinho quando se conhece de fato! Seu amor pelo cenário internacional nasceu a partir da literatura com nove anos e, desde então, só fez crescer. Ah, ela sonha em ter um *Ford Capri* preto, 1970. *Vintage girl*, com certeza. Encontrou, no preto e no minimalismo, o seu refúgio. Um dos seus rolês prediletos é sair para comer. Muitos falam que ela é a sócia de Sel Gomez! *Fast facts*: 1) Bandas: *Led Zeppelin*, *Radiohead*, *Pixies*, *Metallica*, Engenheiros do Hawaii. 2) Filmes: *Forrest Gump* e *Clube da Luta*. 3) Mapa astral: Sol em Gêmeos, Lua em Áries e Ascendente em Câncer. Acho que é isso, *folks*!

Leonardo Teixeira, 20 anos, é um dos competentes e queridos diretores do CEPAL. Nascido no interior do Piauí, encontrou em Pernambuco a sua casa, sendo muito bem acolhido pelo povo recifense. Estudante de Direito na Faculdade de Direito do Recife,

Leo também tem dons musicais. Cantor e compositor, fazia parte da famosa *OpenXote*, banda que animou muito as calouradas e festas da cidade. Agora, segue carreira solo, com várias músicas já lançadas no *YouTube* e demais serviços de streaming. Vale a pena conferir, o cara se garante muito! Além disso, é professor voluntário de Redação e História, ajudando a galera que quer entrar nessa terrível (porém, gratificante) vida universitária. Está com o PEMUN desde a sua criação, tendo participado da primeira edição no ano passado, além de duas SOI na bagagem. Por fim, não menos importante, libriano com Ascendente em Sagitário.

Eduarda Paffer, recém-advogada (#oabdeprimeira), no auge dos seus 21 anos, também compõe a Mesa dos Diretores do CEPAL. Recifense raiz, é praticamente uma poliglota (fala inglês, espanhol, francês e está fazendo italiano!). Além de ser pesquisadora no *campus* da UFPE - para que vocês possam se situar: nosso curso de Direito fica em um prédio histórico no Centro do Recife, afastado dos outros cursos da Universidade Federal - nossa diretora é uma exímia #mãedepet, tomando conta de cinco cachorros em sua casa! Nada mais natural para alguém tão multitarefas ter Lua e Sol em Gêmeos, e Ascendente em Aquário.

“No futuro do mundo, somente subsistirão os conglomerados políticos, sociais e econômicos - que constituirão uma unidade econômica - porque luta do futuro será essencialmente econômica.” (Juan Domingo Péron)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA	Alternativa Bolivariana Para os Povos da América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-Americana
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAFTA	Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos e a América Central
CAN	Comunidade Andina de Nações
CASA	Comunidade Sul Americana de Nações
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto

P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
TEC	Tarifa Externa Comum
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

CARTA DO SECRETARIADO	3
CARTA DE APRESENTAÇÃO	4
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
1 INTRODUÇÃO	10
2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	10
2.1 Carta da ONU	11
2.2 Assembleia Geral	12
3 A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE	13
3.1 História e criação da CEPAL	13
3.2 Objetivos da Comissão	16
3.3 Atuações da CEPAL no passado	17
3.3.1. Décadas de 1950 e 1960	17
3.3.2. Década de 1970	17
3.3.3. Década de 1980	18
3.3.4. Década de 1990	18
3.3.5. Década de 2000	19
4 GÊNESE E HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	19
4.1 Panorama socioeconômico da América Latina e do Caribe	24
5 INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA ALINHADOS À AGENDA 2030	28
5.1 A Agenda 2030 da ONU	33
6 O PAPEL DE BLOCOS ECONÔMICOS NO FORTALECIMENTO REGIONAL	36
6.1 Mercosul	38
6.2 Aliança do Pacífico	42
6.3 Convergência entre os blocos	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O mundo que conhecemos tem como sua base primária o acúmulo e transferência de recursos e capital. Economia é o conjunto de atividades desenvolvidas pelo ser humano visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários. É válido aferir, desta forma, que a economia e suas vertentes são essenciais para a manutenção de todo o sistema capitalista vigente na atualidade.

Os rumos da História nos contam desde os primórdios a necessidade de se modular os bens e o capital de maneira abrangente e diversificada. As características intrínsecas e humanamente construídas de um Estado, somado com seu modelo e gestão política criam perfis econômicos dos mais variados aspectos e a interação desses perfis, bem como o estudo de seus impactos é algo de extrema importância.

Com base no exposto, esta simulação decidiu tratar de um tópico que discute estas interações de maneira minuciosa e empírica, dentro de um comitê que representa justamente a intenção dos países de trabalhar em simbiose e alcançar, por meio da cooperação mútua, os melhores resultados possíveis. Iremos focar em dois blocos econômicos latino-americanos: o Mercosul e a Aliança do Pacífico.

Concomitante ao segundo tópico, é de conhecimento geral que a prosperidade econômica se baseia na extração de recursos e tal extrativismo causa, na maioria das vezes, danos graves ao meio ambiente e aos indivíduos que com ele interagem. Focados nisso, iremos discorrer ao longo deste guia acerca do nosso primeiro tópico: o desenvolvimento econômico de mãos dadas com a sustentabilidade, baseado nas metas a médio prazo da Organização das Nações Unidas, formalizadas no documento conhecido como Agenda 2030.

2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Com a passagem de duas grandes guerras que assolaram o mundo e fizeram milhões de vítimas, o mundo viu uma necessidade comum e um objetivo a ser alcançado: a paz. Foi criada então, em 24 de outubro de 1945, a ONU (UN, *United Nations* em inglês) em São Francisco, nos Estados Unidos, na chamada Conferência das Nações Unidas. Em seu

nascimento, 51 países aceitaram os termos e assinaram a Declaração das Nações Unidas, entre eles o Brasil. Atualmente, a ONU conta com 193 países membros.

Em um primeiro momento, esses países fundadores queriam criar uma organização que conseguisse impedir mais um conflito armado de proporção mundial. Contudo, a ONU foi se tornando um organismo muito mais complexo e importante, cujas pautas vão desde criação de leis internacionais até a defesa dos direitos humanos.

Devido ao tamanho da organização, a Carta das Nações Unidas, documento que abordaremos com mais detalhes neste guia, estabeleceu a divisão de encargos da ONU em seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos estes sendo vitais para o seu bom funcionamento e administração (Art. 7, inciso I da Carta).

2.1 Carta da ONU

A Carta das Nações Unidas foi assinada em 26 de Junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas citada em epígrafe. Este histórico documento é o tratado que estabeleceram as Nações Unidas, e é sem dúvidas o documento mais importante da Organização.

Apesar de ser o tratado mais importante e difundido no estudo da história da ONU, documentos anteriores foram essenciais para planificar o ideal de paz entre os países afetados pela guerra. Em junho de 1941, Londres abrigava nove governos que foram exilados de seus territórios por ocasião da II Guerra Mundial. Resultado de dias de deliberação em terras britânicas, e em função das consequências vivenciadas pelos países em embate, no dia 12 de junho de 1941, foi assinada a Declaração do Palácio de St. James, onde diversos governos reafirmavam a fé na paz e ansiavam por um futuro pós-guerra sem a recessão dos conflitos armados.

Em agosto de 1941, foi emitida como declaração a Carta do Atlântico, negociada e acordada entre o primeiro-ministro britânico da época Winston Churchill, e pelo presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, a bordo do *HMS Prince of Wales*, na Argentina, em mares antes assolados pela Guerra do Atlântico. Esta carta discorria acerca de uma visão

pós Segunda Guerra baseada na cooperação econômica a nível mundial, desarmamento e autodeterminação dos indivíduos.

Com as premissas que estes e outros acordos propagaram no mundo ao presenciarem as consequências de uma contenda a nível mundial, A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu entre os dias 25 de abril a 26 de junho de 1945. No dia 26 de junho, último dia da Conferência, foi assinada pelos 50 países a Carta, com a Polônia – também um membro original da ONU – a assinando dois meses depois.

2.2 Assembleia Geral

O Capítulo IV, Artigos 9 a 22 da Carta estabelecem a composição, funções, atribuições e a sistematização da Assembleia Geral da ONU. É o principal órgão deliberativo da Organização, onde todos os Estados-Membros se reúnem para discutir os assuntos que afetam a vida de todos os habitantes do planeta. Diferenciando-a de outros órgãos e comitês, todos os países têm direito a um voto, ou seja, existe total igualdade entre todos os seus membros.

Entre suas diversas funções, se destacam:

- Discutir questões ligadas a conflitos militares – com exceção daqueles na pauta do Conselho de Segurança;
- Discutir formas e meios para melhorar as condições de vida das crianças, dos jovens e das mulheres;
- Discutir assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e direitos humanos;
- Decidir as contribuições dos Estados-Membros e como estas contribuições devem ser gastas;
- Eleger os novos Secretários-Gerais da Organização.

Além das funções acima apontadas, o Artigo 10 da Carta afirma que a Assembleia poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades do mesmo documento. Será alvo de deliberação também qualquer problemática relativa a atribuições e funções de qualquer dos órgãos da ONU.

A Assembleia Geral se reúne sob o comando de seu presidente ou secretário-geral em sessões anuais regulares, até que todas as questões sejam abordadas. Ela também pode se

reunir para sessões especiais e de emergência. O sistema de votação na Assembleia Geral dependerá da importância da questão abordada. Questões consideradas de importância - recomendações sobre a paz e segurança, preocupações orçamentais e eleição, admissão, suspensão ou expulsão de membros - é por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. Outras questões são decididas por maioria simples. Como dito anteriormente, a Assembleia pode fazer recomendações sobre quaisquer matérias no âmbito das Nações Unidas. Porém, o Artigo 12 articula uma exceção sobre questões de paz e segurança, que são responsabilidade do Conselho de Segurança.

Depreende-se, com base no exposto, que a Assembleia Geral da ONU é o órgão essencial para seu bom funcionamento, tanto estruturalmente quanto simbolicamente, já que sua própria forma e sistematização aferem aos ideais de igualdade e autodeterminação dos povos, premissas chave em sua criação e objetivos sempre almejados e perseguidos pelas Nações Unidas em sua história.

3 A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE

3.1 História e criação da CEPAL

Até a crise de 1929, os países se inspiravam nas teorias clássicas da Economia, que se desenvolveram no continente europeu em sua plenitude. Dessa maneira, a concepção que guiava o comércio internacional, formulada pelo economista britânico David Ricardo (1772-1823), era o chamado *Princípio da Vantagem Comparativa*. Esse princípio compreende que os países devem se especializar na produção de bens e serviços nos quais possuem maior produtividade em comparação com as demais nações para que, desse modo, todos pudessem se beneficiar com o comércio e conseguissem alcançar o progresso econômico. Portanto, infere-se que os países centrais deveriam se especializar na produção de artigos industriais com o desenvolvimento de tecnologia, enquanto os países subdesenvolvidos se concentrariam na produção de *commodities* para atender a demanda internacional.

No entanto, em termos numéricos, ao se observar os saldos das balanças comerciais das nações subdesenvolvidas e desenvolvidas na época, era notório que esses últimos

apresentaram saldos positivos, ao passo que os periféricos tinham constantes déficits comerciais, isto é, desequilíbrios externos (FURTADO, 1999). Essa conjuntura pode ser explicada pelo fato de que, durante esse período, os países primário-exportadores tinham como centro dinâmico da sua economia o setor exportador (CONCEIÇÃO TAVARES, 1978), além da volatilidade dos preços dos produtos agrícolas, a dependência do comportamento da demanda externa (MANTEGA, 1984) e os altos índices de importações de bens manufaturados. Por outro lado, os países centrais tinham uma produção mais diversificada e não tão dependente do setor externo (CONCEIÇÃO TAVARES, 1978), além de que os produtos exportados tinham uma maior estabilidade no mercado internacional. Consequentemente, a teoria ricardiana apenas favorecia o aumento da renda dos Estados desenvolvidos.

Aliado a esse contexto do embasamento teórico clássico e neoclássico adotado pelos Estados, a primeira metade do século XX foi marcada por duas grandes guerras mundiais (1914-1918/1939-1945) e o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York (1929). O primeiro acontecimento levou à diminuição do volume de produção da Europa e a questionamentos com o intuito de remodelar as bases políticas e sociais. Já com crise de 1929, a incerteza quanto à promulgação das políticas econômicas ortodoxas¹ se tornaram mais latentes, ocasionando, assim, a difusão do pensamento keynesiano.

Embora os princípios que delinearam a Escola Keynesiana se tornarem populares devido à crise de 1929, alguma de suas ideias já eram discutidas por alguns economistas, como a adoção de uma abordagem macroeconômica. Contudo, é com o economista John Maynard Keynes que elas ganham robustez, sendo o marco da Escola o ano de 1936, com a publicação do livro *“The general theory of employment, interest and money”* desse mesmo economista. As ideias keynesianas, por sua vez, trouxeram diversas mudanças no pensamento econômico, como a relevância da demanda efetiva como um dos motores do crescimento econômico, uma vez que esta influencia diretamente no nível de emprego, na produção e na renda de um país. Em resumo, a demanda efetiva acabaria por instituir a produção real de uma economia. Outros importantes princípios do keynesianismo eram a concepção de ciclos econômicos - dissertando sobre a instabilidade na economia - e a

¹ Políticas econômicas de caráter clássico e neoclássico que defendem o livre comércio, baseando-se na ideia de que a “mão invisível” do mercado levará ao equilíbrio da oferta e demanda de bens e serviços.

intervenção estatal na economia. Este último, sendo realizado por meio de políticas monetárias e fiscais de forma pertinente levariam à estabilidade de preços, ao pleno emprego e ao desenvolvimento econômico. (L. BRUE e R. GRANT, 2017). Isto posto, esse cenário acabou por influenciar na criação do que viria a ser a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), um dos cinco comitês regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 25 de fevereiro de 1948 em Santiago, capital do Chile.

Em 1949, o economista e segundo diretor-executivo da Comissão, Raúl Prebisch, inspirado nas ideias keynesianas e escolas de pensamento histórico-estrutural, publicou o Manifesto Cepalino ou Latino-Americano. Esse manifesto expunha o desenvolvimento das economias da América Latina, bem como os seus problemas para o progresso, objetivando acabar, então, com a permanência de teorias apenas advindas da Europa, que desconsideravam as particularidades históricas e regionais dos países periféricos. Ou seja, a América Latina precisava ter a sua própria teoria de desenvolvimento. Nesse contexto, a CEPAL, constituída por um *think tank*² de destaque no continente americano - Celso Furtado, Aldo Ferrer, Aníbal Pinto, entre outros -, realizou estudos minuciosos da formação das economias latinas a fim de encontrar maneiras de o solucionar o problema do subdesenvolvimento e falta de integração entre essas nações. E, a partir desses estudos, a CEPAL delineou a teoria estruturalista (BIELSCHOWSKY, 1998).

É importante ressaltar que, inserida no quadro da Guerra Fria (1947-1991) e levando-se em conta a Revolução Cubana (1959), os Estados Unidos da América lançaram o programa *Aliança para o Progresso*, objetivando, assim, inibir o avanço das ideias socialistas no continente americano (BIELSCHOWSKY, 1998). Nesse cenário, a CEPAL foi vista com contrariedade pelas nações desenvolvidas, principalmente pelos Estados Unidos. A razão era que as visões da escola cepalina eram consideradas tendenciosas para o dado momento, como a teoria da dependência³. Contudo, após o comprometimento com a sua área de atuação e estudos singulares para época, a Comissão passou a ganhar

² Grupo de especialistas que pretendem encontrar maneiras de melhorar as políticas públicas através do desenvolvimento de pesquisas.

³ Mostra que a máquina política e classes sociais mais abastadas contribuem para a dependência dos países periféricos para com o “centro”. Essa dependência se dá pela maior preocupação dos setores mais privilegiados com o seu consumo corrente, ao invés de alocarem seus capitais em investimentos nacionais. Uma outra razão é o jogo político para a permanência no poder a fim garantir vantagens a grupos específicos. À vista disso, a dependência dos países subdesenvolvidos não é apenas comercial e tecnológica, mas também financeira.

notoriedade e respeito do mundo.

3.2 Objetivos da Comissão

Hoje, a CEPAL possui 43 Estados membros, 13 Estados associados e tem como diretora-executiva ^a bióloga mexicana Alicia Bárcena Ibarra, primeira mulher a ocupar a posição máxima dentro da Comissão (CEPAL, 2019). Desde a sua constituição, o órgão utiliza uma metodologia analítica e indutivo que leva em conta as particularidades históricas como um condicionante do subdesenvolvimento, a sua inserção internacional, a falta de integração regional, bem como as variáveis macroeconômicas⁴. Dessa maneira, os objetivos da Comissão, que promove estratégias e análises de médio e longo prazo são:

1. Desenvolvimento econômico e social da região;
2. Maior integração entre os países-membros;
3. Desenvolvimento sustentável com igualdades;
4. Desenvolvimento de tecnologia tencionando a melhora da produtividade.

A CEPAL, para garantir que seus objetivos sejam alcançados, apresenta diversas áreas de trabalho que se compõe em (CEPAL, 2019):

1. Área econômica:
 - 1.1. Comércio internacional e integração;
 - 1.2. Desenvolvimento econômico;
 - 1.3. Desenvolvimento produtivo e empresarial.
2. Área social:
 - 2.1. Assuntos de gênero;
 - 2.2. Desenvolvimento social;
 - 2.3. População e desenvolvimento.
3. Área ambiental:
 - 3.1. Desenvolvimento sustentável e assentos humanos;
 - 3.2. Recursos naturais e infraestrutura.

⁴ São indicadores que determinam a situação da economia de um país, como a taxa de crescimento, desemprego e inflação.

3.3 Atuações da CEPAL no passado

A cada década, a Comissão Econômica para América Latina mudava suas estratégias baseando-se no contexto regional e internacional para que os países periféricos pudessem superar os seus desafios. Com isso, os trabalhos cepalinos foram classificados a partir de intervalos de dez anos, conforme demonstrados abaixo:

3.3.1. Décadas de 1950 e 1960

Caracterizada pelo rápido processo de urbanização dos países latino-americanos e, a concepção de industrialização e desenvolvimento, estavam intimamente ligadas para os intelectuais da época. Porém, problemas como falta de tecnologia apropriada prejudicavam a industrialização efetiva dessas nações. Nessa conjuntura, Raul Prebisch, autor do conceito “centro-periferia”, publicou teses que explicam a interdependência entre os Estados no comércio internacional. Nesse sentido, os países periféricos, que eram dependentes dos produtos industriais e tecnologia advinda do centro, estavam mais expostos a crises econômicas, cujo epicentro dessas crises era nas regiões desenvolvidas, como ocorreu na década de 1930. Dessa forma, para diminuir as amarras dessa dependência que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) colocava nos países periféricos, a CEPAL considerou a “política de substituição de importações” e “reformas para desimpedir a industrialização”. No final desse período, é importante destacar que foi criada a teoria da dependência (BIELSCHOWSKY, 1998).

3.3.2. Década de 1970

A América Latina conseguiu expressivos crescimentos econômicos, com as diversificação dos produtos industriais, abertura para capitais estrangeiros e diminuição de entraves comerciais, como aconteceu no Chile. Todavia, durante os anos 1973-1974 (crise do petróleo), para manter seus índices de crescimento, as nações subdesenvolvidas recorreram a empréstimos no exterior. Os estudos da Comissão durante esse decênio ficou conhecido como “reorientação de ‘estilos’ de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora” (BIELSCHOWSKY, 1998). Nessa década, também, o comitê passou a promover discussões sobre desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2019).

3.3.3. Década de 1980

Os empréstimos tomados para manter o crescimento econômico acabaram, por sua vez, prejudicando vigorosamente a economia dos países subdesenvolvidos, sendo os anos 80 conhecido pela expressão “a década perdida”. Aliado a isso, as economias desenvolvidas estavam com um grande déficit das contas públicas, devido a adoção das políticas econômicas da época. Nesse ínterim, as ideias ortodoxas ganham força com nomes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Para superar as altas pressões inflacionárias, a CEPAL lançou trabalhos que foram denominados por “superação do endividamento externo mediante o ajuste com crescimento” (BIELSCHOWSKY, 1998). Outrossim, nesse período, os estudos cepalinos sobre formas de estabilização da inflação na região contribuíram para o desenvolvimento, posteriormente, do conceito “inflação inercial”⁵ (CEPAL, 2019).

3.3.4. Década de 1990

Inserida num contexto de globalização e o aumento das forças neoliberais no mundo, a CEPAL passa a adotar uma nova postura. Diante dessas tendências, a Comissão, que desde sempre busca uma maior integração entre os países da América Latina e Caribe, passou a defender o regionalismo aberto. A ideia do regionalismo aberto é que a integração de mercados regionais, principalmente por meio de blocos econômicos, traria benefícios no desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina e Caribe. Isso ocorreria porque uma maior abertura dos mercados regionais faria com que os produtos dos países da América Latina e Caribe se tornassem mais competitivos e, assim, as indústrias seriam estimuladas a produzir cada vez mais e aumentar a sua qualidade, de forma que todos os participantes tivessem as mesmas oportunidades. Essa mudança do pensamento cepalino ficou conhecida como “transformação produtiva com equidade” (BIELSCHOWSKY, 1998).

3.3.5. Década de 2000

⁵ É a ideia de que, mesmo com a adoção de políticas de estabilização do Banco Central para baixar a inflação, essa última não diminui. Essa inflação está atrelada à ideia de uma “memória inflacionária” e ao processo de indexação.

A integração regional entre os países da América Latina e Caribe se tornaram cada vez mais fortes e se mostraram extremamente benéficas em termos econômicos. Um exemplo disso foi o crescimento do número dos países-membros e associados ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) e uma maior comercialização, que aumentou mais de dez vezes em um período de 20 anos (MERCOSUL, 2017). Paralelo a esses acontecimentos, a CEPAL continua adotar a teoria de regionalismo aberto para seus membros, além de também se preocupar com a promoção de um desenvolvimento que esteja atrelado a sustentabilidade, com uso dos recursos naturais de forma racional e com assuntos de gênero (CEPAL, 2019).

4 GÊNESE E HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

A “descoberta” da América, como contada nos livros de história, teve impactos no cenário mundial da época, tanto em âmbito econômico, como em âmbito social, revolucionando o imaginário moderno acerca das extensões do além-mar. Abordar o continente latino-americano como algo homogêneo, contudo, tem suas dificuldades, especialmente em uma região que é extremamente diversificada do ponto de vista étnico, cultural, linguístico, político e econômico (FARRET e PINTO, 2011), sendo esse um dos desafios enfrentados pela CEPAL e por demais órgãos que se preocupem com o desenvolvimento do continente. Compreender os primórdios da integração latino-americana é, portanto, compreender os fundamentos para a criação desse comitê e das demais estratégias integracionistas.

Assim, é possível se falar em um começo de identidade latino-americana e caribenha de forma mais generalista a partir dos processos de independência e da necessidade das elites crioulas de se diferenciar da colônia exploradora e dos inimigos europeus por meio da autoafirmação. Assim, por meio do reconhecimento das particularidades da colonização espanhola e portuguesa e de uma maior consciência da identidade cultural desses grupos em comparação não só com as potências europeias, mas também com os Estados Unidos e com a América Saxônica, surgiu a necessidade de uma diferenciação ainda maior no âmbito da americanidade, criando o ideário latino-americano (FARRET e PINTO, 2011).

Com essa necessidade de diferenciação, com os processos de independência e com o reconhecimento de suas semelhanças quanto à exploração colonial, as ex-colônias

latino-americanas, no início do século XIX, começaram a colocar em foco o debate sobre a integração continental, tornando isso uma estratégia anticolonial (SILVEIRA e SOUZA, 2014). Nesse viés, o projeto de uma forma de união e integração da América de colonização ibérica é tão antiga quanto os movimentos de independência do continente. Entre todos os projetos traçados ao redor da ideia de integração, no começo dos processos de independência, o mais célebre e politicamente influente foi o de Simón Bolívar (BRAGA e FIGUEIREDO, 2017).

Inserido em um contexto internacional dominado por impérios, Bolívar concebia a unificação das ex-colônias americanas do Império Espanhol sob uma organização política única, sendo esta ideia a solução necessária para a preservação da independência do continente, em uma autoridade política superior aos Estados recém-formados (BRAGA e FIGUEIREDO, 2017). Isso porque, ainda no ideário bolivarista, os Estados latino-americanos, institucionalmente recentes e frágeis, não teriam poder político suficiente na esfera mundial, enquanto que, se unidos, esse seria um fator de dissuasão contra os países imperialistas que ambicionassem se apoderar de espaços do continente (BOLÍVAR, 1985).

Essa autoridade máxima idealizada por Bolívar constituir-se-ia em uma assembleia permanente, composta por ministros plenipotenciários representando os Estados integrados, e com o intuito de resolver os conflitos existentes através de uma autoridade delegada à semelhança dos processos arbitrais modernos. Tal autoridade teria, também, uma força militar própria, com o intuito de defender os territórios integrados. Com essa configuração, Bolívar pretendia, ainda, salvaguardar o ideário republicano da época, de abolição tanto da escravidão, quanto da divisão colonial da população em castas (BRAGA e FIGUEIREDO, 2017).

A ideia de Bolívar, contudo, não foi vista com bons olhos pelas elites criolas da América hispânica, que buscavam se auto afirmar no cenário internacional, tampouco pela monarquia brasileira, que demonstrou desinteresse. Assim, com menos apoio do que desejava, a nação independente e integrada bolivarista não logrou êxito (SILVEIRA e SOUZA, 2014). Bolívar, contudo, tornar-se-ia símbolo de uma perspectiva integracionista autônoma, e o ponto de partida mais relevante, no cenário histórico americano, para o início de outras formas de integração.

Assim, nos anos subsequentes, os interesses latino-americanos passaram a ser

assegurados pelos Estados Unidos, através de uma nova versão do pan-americanismo centralizador: foi o surgimento da Doutrina Monroe ou Monroísmo, inaugurada por James Monroe, então presidente norte-americano, no Congresso dos Estados Unidos em 1823. A mudança geoeconômica logrou êxito, e os países latino-americanos deixaram de ter como principais parceiros os países do continente europeu, e passaram a ampliar o comércio com os Estados Unidos (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Dessa forma, o risco de recolonização da América Latina por parte das nações da Península Ibérica foi transposto para uma conjuntura de “colonização econômica” por parte dos EUA. Surgiram, também, novas perspectivas sobre como estabelecer uma união aduaneira em escala hemisférica e as infraestruturas de integração que poderiam ser levantadas, como estrada, que, infelizmente, não foram efetivamente construídas, tendo em vista a diferente realidade econômica dos países da região (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Os desconcertos resultantes das relações com os Estados Unidos foram seguidos pela crise de 1929, com uma inflexão no comércio exterior. Nesse viés, como alternativa, os países americanos passaram a substituir importações, fomentando um parque industrial e consolidando seu mercado interno (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Em tal contexto, uma nova ideia de integração na região só surgiria após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC): a criação da CEPAL. O intuito, portanto, seria o de contribuir, no âmbito teórico, para a elaboração de uma interpretação acerca das causas do subdesenvolvimento na região e as possibilidades de superá-lo. Elaborou-se, então, estudos sobre industrialização, comércio e ampliação do mercado para produtos latinos, que inspiraram futuras tentativas de integração do continente (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Dez anos após a criação da CEPAL, em 1958, Juscelino Kubitschek, então presidente brasileiro, sugeriu ao presidente dos Estados Unidos, David Eisenhower, realizar uma revisão das relações interamericanas para que este último se voltasse mais aos problemas de desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe, tendo em vista o contexto da Doutrina Marshall e a maior atenção à reestruturação da Europa. O brasileiro propôs, então, a Operação Pan-Americana (OPA), que teve resultados limitados, mas desencadeou na consolidação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959, com grande capital norte-americano e influência dos Estados Unidos. O BID possibilitou acelerar o

desenvolvimento socioeconômico e iniciar a promoção da integração regional latino-americana e caribenha, além de ter influenciado na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960 (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

A ALALC, nascida em Montevidéu, almejava a gradativa redução de tarifas alfandegárias entre os países membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e a criação de uma área de livre comércio em 12 anos. Tratava-se de um “regionalismo defensivo”, nas palavras de Silveira e Souza (2014, p. 48 e 49) que, contudo, não obteve o sucesso desejado, uma vez que seus países membros estavam mais focados em desenvolver seus próprios mercados domésticos e, para isso, utilizavam-se de um controle rígido sobre as importações, minando a possibilidade de complementação entre os parques industriais dos países blocos (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio conseguiu perdurar até o final da década de 1970, mas, devido a conjuntura internacional desfavorável (crise do petróleo), além do alto endividamento externo e a inexistência de mecanismos para apaziguar as diferenças entre as economias, seu sistema tornou-se insustentável. Assim, foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), instituída pelo Tratado de Montevidéu (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Essa, por sua vez, ao avaliar as dificuldades da sua predecessora, estabeleceu uma pauta mais modesta e pragmática, objetivando a consolidação de um mercado comum para os países latino-americanos membros (os mesmos que compunham a ALALC) em um longo prazo, além de um mecanismo mais flexível, possibilitando acordos bilaterais entre seus membros. Desse tipo de negociação surgiu, então, o Pacto Andino e da Comunidade Andina de Nações (CAN) e uma série de tratados de “Preferências Tarifárias Regionais” e “Acordos de Complementação Econômica”, que, em conjunto com uma série de tratados bilaterais formalizados entre Brasil e Argentina na década de 1980, deram origem ao Mercado Comum do Sul (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

A década de 1980, conhecida como “década perdida” para a América Latina, foi marcada por uma série de medidas de ajuste impostas pelo Fundo Monetário Internacional aos países latino-americanos devedores após a crise mundial do petróleo. Assim, as possibilidades de integração deste continente foram inviabilizadas, ao mesmo tempo que os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia através da Doutrina Reagan e do *American way of life*

(SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Ao início da década de 1990, o Brasil e a Argentina acordaram em estender o mercado comum que se formava entre as duas aos países vizinhos, Paraguai e Uruguai. Assim, em 1991, foi assinado o “Tratado de Assunção”, e o Mercosul passou a uma fase quadrilateral, pautado em um modelo econômico liberal e com o intuito de ampliar a competitividade do bloco no sistema econômico internacional (ALMEIDA, 2011). Num primeiro momento, portanto, o novo bloco econômico preocupou-se com “a redução dos custos tarifários e não tarifários através da consolidação do comércio intrarregional e da promoção da abertura econômica” (SILVEIRA e SOUZA, ano, p. 56).

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, aos poucos, aumentavam seu poderio militar e diminuía sua participação no comércio mundial, dando espaço para ampliação do comércio de países como o México e os do Mercosul com o Mercado Comum Europeu. Assim, na tentativa de reconquistar o comércio com a América Latina, os EUA incorporaram o México e o Canadá ao NAFTA, em 1994, e Clinton, no mesmo ano, apresentou uma reedição do projeto Pan-americano de 1884, de Monroe, e propôs a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (SILVEIRA e SOUZA, 2014). Essa última iniciativa, contudo, foi vista com maus olhos pelos países latino-americanos por, nas palavras de Silveira e Souza, se tratar “de mais uma tentativa dos EUA de chutar a escada dos países subdesenvolvidos” (2014, p. 52), devido às práticas protecionistas que este país impunha.

O Brasil, por outro lado, surgiu com outra proposta: a criação da ALCSA (Área de Comércio Sul-Americana), para ampliar o Mercosul e incorporar a Comunidade Andina e o Chile. Essa proposta, em um primeiro momento, foi esquecida, só ganhando força no começo dos anos 2000, após a reestruturação das economias brasileira e argentina, ambas de maior peso no bloco do Mercosul. Houve, assim, um gradativo alargamento do bloco por meio da celebração de tratados bilaterais, aderindo, na condição de associados, a Bolívia e o Chile, ainda no século XX (1996), e posteriormente o Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004) e Venezuela (2012), esta última que posteriormente passou a ser membro pleno do bloco, até atingir as configurações atuais (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Com a eleição de governos mais alinhados à esquerda em diversos países da América do Sul, no começo do século XXI, novas perspectivas de integração começaram a surgir, preocupando-se com temas além do liberalismo e do livre mercado. Nesse âmbito, merecem

destaque a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, em 2000, que procurava soluções conjuntas para temas como democracia, infraestrutura, drogas e delitos conexos; e a III Reunião de Presidentes da América do Sul em Cusco, da qual saiu a CASA (Comunidade Sul Americana de Nações), posteriormente rebatizada de UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), com o objetivo de exercer coordenação política e diplomática e estreitar relações entre o Mercosul, a Comunidade Andina e o Chile, além de ser um espaço de integração cultural e social (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

Importante mencionar, ainda, a criação da ALBA (Alternativa Bolivariana Para os Povos da América), em 2005, de caráter anti-hegemônico e integrando países da América Central, e a consolidação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), no ano de 2010, abarcando os 33 países da América do Sul, América Central e Caribe (SILVEIRA e SOUZA, 2014).

4.1 Panorama socioeconômico da América Latina e do Caribe

Quando se fala no contexto social e econômico da América Latina, tem que se ter em mente que esse continente, em seus breves 500 anos de história, teve o desenvolvimento permeado por oligarquias, populismo, militarismo, liberalismo, democracias, economias primárias exportadoras, enclaves, industrializações substitutivas de importações, dependências, bilateralismos, multilateralismos, imperialismos, dívidas externas e outros diversos fatores que compreenderam, ou ainda compreendem, a problemática nacional latino-americana (IANNI, 1988). As desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais aparecem frequentemente na história e constituição do continente, manifestando-se em termos políticos e econômicos, em grupos, classes e movimentos sociais (IANNI, 1988).

Além dessas desigualdades e hierarquias, há, ainda, as diversidades culturais, expressas nos âmbitos das línguas, religiões, padrões e valores culturais. As constituições nacionais, os hinos, bandeiras, idiomas, moedas, mercados, heróis e santos são apenas alguns elementos de uma realidade histórico-social que exala complexidade e movimento, com crises e rupturas. Essas questões nacionais, contudo, sempre implicam nas relações externas (IANNI, 1988).

Essas crises e rupturas, ao longo da história já foram apontadas por Canclini (1997, p.

67) como um “modernismo exuberante com uma modernização deficiente”, para fazer um contraste com o movimento artístico e demonstrar a industrialização tardia do continente e as dificuldades enfrentadas por causa disso. Assim, Canclini (1997) apoia-se na arte para demonstrar as particularidades de um país com níveis de alfabetização extremamente baixos no início do século XX, quando comparados com países europeus, e as dificuldades de uma verdadeira modernização devido à isso.

Noutro giro, na contemporaneidade, é certo que houve avanços sociais no continente americano, especialmente com após a década de 1980 e com o início do século XXI e com uma maior preocupação dos governos em aspectos sociais (SILVEIRA e SOUZA, 2014). Nesse sentido, os processos de integração regional da CEPAL registraram avanços econômicos e sociais significativos para os países membros. Esses Estados, contudo, estão imersos, atualmente, em uma etapa de menor crescimento econômico devido à crise de 2008 e seus reflexos tardios (SILVA et. al, 2015), chegando à situações de crise em países como Argentina, Nicarágua e Venezuela (BBC, 2018).

Mesmo com a ausência de um crescimento econômico expressivo na região, os países membros da Cepal ainda recebem destaque por constituírem uma das áreas mais urbanizadas do mundo. O Brasil, referência nesse índice de urbanização, apresentou o maior crescimento em toda América Latina entre 1970 e 2010, sendo que atualmente 86,53% da sua população vive em cidades. Esse rápido crescimento urbano da América Latina e do Caribe, contudo, não significa desenvolvimento satisfatório da região, uma vez que a maioria das áreas sofrem com problemas de infraestrutura, moradia, transporte, segurança e poluição (SILVA et al, 2015).

Nesse sentido, a América Latina e o Caribe, no âmbito da CEPAL, vêm, há alguns anos, debatendo o conceito de coesão social como um processo para focalizar os problemas persistentes, como os anteriormente mencionados, além dos altos índices de pobreza e indigência, a desigualdade e as diversas formas de discriminação e de exclusão social que remontam à construção histórica do continente. Compreende-se, também, a necessidade de identificar as características estruturais que diferenciam a região das demais, a partir dos desafios contra a desigualdade, luta contra a pobreza, fomento à democracia, justiça e paz e inserção na economia mundial (SILVA et al., 2015). Em tal viés, esse ponto de vista assemelha-se ao de Canclini (1997), que já havia destacado a necessidade de ver a América

Latina e o Caribe como uma região autônoma, com seus problemas próprios, e não como um reflexo do “antigo mundo”.

De forma mais expressiva, quando analisados os indicadores sociais dos países pertencentes à CEPAL, é possível visualizar, com mais facilidade, os desafios enfrentados por essa organização e pelos seus membros. Dados de 2014 do IBGE coletados por Silva et. al (2015) demonstram as disparidades do continente: enquanto tem-se o Chile com IDH de 0,819, o maior da América Latina à época, também é possível visualizar a Guatemala com míseros 0,581; noutro giro, a população subnutrida de países como Guatemala (30,4%) e Paraguai (25,5%) demonstra níveis alarmantes, enquanto na Argentina, Chile, México, Uruguai e Venezuela esse nível, na época, é menor que 5%. Ainda de acordo com Silva et. al (2015, p. 85),

Como os índices de IDH e EV em boa parte dos países são positivos, espera-se que os demais índices 85 tenham se comportado de igual modo. No entanto, a situação ainda continua alarmante em países como Guatemala, Paraguai, Bolívia, Nicarágua e Equador, que apresentam altos índices de População subnutrida (POPS) e baixos índices de População com acesso à água potável (DAAP). A Bolívia apresentou o pior índice de População com acesso à rede sanitária (DARS), apenas 27% da população. Nos índices Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (TAM15) e Taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino (TBM), os países latino-americanos e caribenhos apresentam-se todos acima de 70%, podendo este resultado ser considerado uma vitória para o bloco econômico.

Além desses dados, 1 em cada 10 latino-americanos vive atualmente na pobreza extrema (10,2%), sendo esta a cifra mais alta em uma década, e a taxa de pobreza geral no continente órbita em torno de 30% (FARIZA, 2019). Assim, percebe-se as disparidades do continente e a existência de dificuldades quanto a uma certa parcela dos países pertencentes à CEPAL para alcançar as metas do milênio preconizadas pelas Nações Unidas⁶. É perceptível, também, a ocorrência de um crescimento socioeconômico diferenciado na América Latina e Caribe (SILVA et al., 2015).

Contudo, essas disparidades não são só entre países, mas também dentro dos próprios territórios nacionais. No Chile, por exemplo, mesmo com um dos maiores IDHs do continente no ano de 2018 (o país ocupou a 44ª posição, com 0,843), 8% da população total do país ainda

⁶ A “Declaração do Milênio” da ONU foi um documento internacional assinado por 192 países membros da Organização, com o compromisso de garantir a sustentabilidade do planeta e um desenvolvimento alinhado aos princípios básicos de dignidade humana - como, por exemplo, erradicação da pobreza extrema e da fome, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos, redução da mortalidade infantil, combate à AIDS, dentre outros.

reside em moradias sem água potável e saneamento básico (FARIZA, 2019).

Ainda no âmbito social, e num aspecto positivo, apesar de uma desaceleração do continente quanto aos indicadores sociais, os gastos sociais mantiveram uma tendência de alta nos últimos anos. Chile e Uruguai são os que mais aportam recursos por pessoa para políticas sociais, seguidos por Brasil, Argentina e Costa Rica, de acordo com dados dos últimos anos, mas os níveis de gastos da América do Sul e Central ainda são menores do que os dos países desenvolvidos (FARIZA, 2019).

No âmbito econômico, os países da América Latina e do Caribe enfrentam um cenário econômico mundial complexo, com redução da dinâmica do crescimento tanto em países desenvolvidos, como em economias emergentes. Nesse sentido, houve baixa taxa de aumento no volume do comércio mundial (3,9% em 2018, contra 4,6% em 2017), mas um aumento de 11% no preço das matérias-primas, fator relevante para as economias da América Latina e do Caribe, além de um aumento em 10% nas exportações da América Latina e 5% da América Central. Em geral, essa volatilidade do mercado se deu, principalmente, devido às tensões entre Estados Unidos e China, Estados Unidos e Turquia e à situação na Itália (CEPAL, 2018).

Nesse clima de incertezas, os fluxos de investimento estrangeiro direto mundial diminuíram nos últimos anos, sendo que, em 2017, tal fluxo na América Latina e no Caribe teve sua redução pelo terceiro ano seguido, enquanto a América Central obteve êxito, devido à um crescimento do consumo, gerando aumento nos investimento em serviços e novos projetos de energias renováveis. No médio prazo, em toda a região, ocorreu uma recomposição nas entradas de IED, uma vez que diminuíram no setor de recursos naturais e aumentaram nos de serviços e manufaturas. Nesse sentido, os países da União Européia continuam sendo a principal fonte de IED para a região, mas predominam os investimentos dos Estados Unidos no México e na América Central, além de que o investimento da China, no Brasil, aumentou em 2017, graças à compra de ativos no setor elétrico (CEPAL, 2018).

O crescimento do PIB da região mostrou uma clara desaceleração ao longo do último ano de 2018, sendo que o consumo privado se manteve como principal fonte do crescimento total, enquanto o público diminuiu sua contribuição em função do aprofundamento do ajuste fiscal implementado por governos da região. Já a inflação média, nos dez primeiros meses de 2018, aumentou 1,7 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior,

refletindo a elevação de preços nas economias da América do Sul (sem incluir a Venezuela nesses dados), cuja taxa de inflação média aumentou 3,5 pontos percentuais (de 5% a 8,5% de um ano ao outro), sentido inverso ao da América Central e México (queda de 1,7 ponto percentual) e do Caribe não hispânico (0,5 ponto) (CEPAL, 2018).

Em todo esse panorama, as perspectivas para o ano de 2019 são de mais incerteza. Espera-se uma desaceleração generalizada das economias e não se vê no horizonte um maior dinamismo na economia mundial. De acordo com a CEPAL (2018, p.10), “o maior risco para o desempenho econômico da região em 2019 continua sendo uma deterioração abrupta das condições financeiras das economias emergentes”. Além disso, continuam as tensões comerciais entre Estados Unidos e China, e existem os riscos geopolíticos que podem afetar a economia, como o *Brexit* e a situação na Itália, que podem se transmitir para a Zona do Euro.

Assim, a projeção de crescimento da América Latina e do Caribe para 2019 foi reduzida, e projeta-se uma dinâmica de crescimento de intensidades distintas entre países e sub regiões, devido aos impactos diferenciados no contexto internacional em cada economia (CEPAL, 2018).

5 INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA ALINHADOS À AGENDA 2030

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é a movimentação de capitais internacionais para fins específicos de investimento em que empresas e indivíduos no exterior criam ou adquirem operações em outro país. Isso engloba, por exemplo, fusões, aquisições de empresas locais, construções de novas instalações (filiais), reinvestimentos de lucros auferidos em operações no exterior e empréstimos *intercompany*⁷. Em suma, são investimentos duradouros realizados em outro país.

Vários são os fatores que atraem esses tipos de investimento, tais como ambiente de negócios favorável, mão de obra qualificada, recursos naturais abundantes, mercado consumidor em ascensão, infraestrutura organizada, democracia e ambiente jurídico

⁷ Operações de empréstimo realizadas entre sociedades pertencentes a um mesmo grupo de sociedade, que, na maioria das vezes, caracteriza-se como um grupo de fato, e são instrumentalizadas por meio de um contrato de mútuo comumente denominado “*intercompany loan*”.

estáveis, entre outras razões. Ao propiciar condições favoráveis aos investimentos, os países são, cada vez mais, inseridos na rede mundial de comércio com as empresas nacionais crescendo, aumentando a produtividade, rentabilidade, geração de riquezas e empregos. Além disso, os empresários locais são expostos a novas ideias e práticas, permitindo a inovação de suas firmas e um aumento do fluxo de exportações.

Ao falar da América Latina e do Caribe, percebe-se, nos últimos anos, uma grande importância da China e dos países da União Europeia nos Investimentos Estrangeiros Diretos da região. O ex-presidente argentino, Roque Sáenz Peña, no início do XX, já defendia a “América para a Humanidade” e não a “América para os Americanos”, assegurando que as repúblicas hispano-americanas necessitavam dos mercados do mundo inteiro para se desenvolver e obter o progresso comercial, especialmente o mercado europeu, que apresentava elevada participação no comércio exterior latino-americano (DULCI, 2008). De fato, a região caminhou neste sentido, saindo das amarras dos Estados Unidos.

A União Europeia, como citada alhures, é a principal fonte de IED para a América Latina e o Caribe em seu conjunto, de modo que cerca de 41% dos ativos acumulados na região são de empresas europeias, sendo essa presença particularmente importante na América do Sul. O IED europeu é dominado principalmente pela Espanha, que representou 29% dos investimentos europeus em projetos novos na região e 29% do valor das fusões e aquisições europeias no período de 2005 a 2017. Alemanha (16%), Reino Unido (13%), Itália (12%) e França (11%) são os outros países investidores mais destacados em projetos novos na região. Em particular, as empresas europeias de energias renováveis, telecomunicações e do setor automotivo investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) quantias muito superiores às de suas equivalentes nos Estados Unidos ou na Ásia. Esse esforço de pesquisa é um indicador do potencial que o IED dessas empresas pode ter para contribuir no desenvolvimento das economias da região. Segundo relatório da CEPAL, entre 2005 e 2017, os investimentos dos europeus na América Latina e Caribe em energias renováveis representaram 65% dos investidores do mundo nesse setor. Em telecomunicações, alcançou-se 43% do total no mesmo período, enquanto no setor automotivo a média foi em torno de 35% (CEPAL, 2018).

Depois da União Europeia, a China é o parceiro comercial mais importante da região, além de ser o primeiro da América do Sul. O comércio entre os países latino-americanos e caribenhos e o país asiático movimentou mais de 280 bilhões de dólares em 2017, segundo

dados compilados pela CEPAL (NAÇÕES UNIDAS, 2018). Isso foi impulsionado, em grande parte, na última década, com a alta dos preços do petróleo e das principais *commodities* agrícolas e minerais. A região é o segundo destino dos IED chineses (13%), ficando atrás apenas dos países asiáticos (70%). Diferentemente dos “investimentos de qualidade” europeus, os chineses concentram-se em empresas estatais, responsáveis por segmentos estratégicos (agricultura, mineração, energia, infraestrutura), revelando uma atividade muito mais extrativa dos produtos primários e da economia de base desses países.

Apesar de todos os benefícios trazidos, desde 2015, o Investimento Estrangeiro Direto está em queda constante na América Latina e no Caribe. Em 2016, os investimentos para a região diminuíram 7,9%. Em 2017, caíram novamente e ficaram em 161,673 bilhões de dólares, 3,6% menos do que o ano anterior e 20% abaixo do que foi recebido em 2011 (CEPAL, 2018). A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) relatou que a tendência negativa de IED é causada, entre outros fatores, em grande parte, por uma diminuição nas taxas de retorno⁸. O retorno médio global sobre o investimento estrangeiro atualmente está em 6,7%, ante 8,1% em 2012, estando em declínio em todas as regiões, com as maiores quedas na África e na América Latina e Caribe.

Como sabido, a região latino-americana e caribenha é tradicional fornecedora de matérias primas, com cerca de 70% das exportações girando em torno de soja, minério de ferro e de cobre, petróleo e cobre refinado. A disponibilidade de recursos naturais constitui-se em uma reserva de riquezas capaz de financiar a implementação dos objetivos estratégicos de desenvolvimento socioeconômico de cada país em particular e da região como um todo articulado. Nesse contexto, a queda dos preços dos produtos básicos de exportação reduziu significativamente os investimentos nas indústrias extrativas. Isso afetou, de forma abrupta, países como Chile e Argentina, que têm nesses produtos a base de sua economia. Está havendo uma diminuição do ciclo destinado à agricultura e mineração, e um aumento progressivo nos setores manufatureiros e de serviços. Exemplo disso é que, apesar da queda geral nos investimentos, houve um aumento, no México e no Brasil, do IED na indústria automotiva, que, em 2017, registrou níveis máximos históricos em ambos os países. Ademais, no Brasil, o setor de serviços é o que mais cresce devido ao aumento de tecnologia de ponta. No Caribe, os fluxos cresceram 20%, alcançando 5,835 bilhões de dólares, sendo mais da

⁸ Também conhecida como taxa de rentabilidade, é o lucro em um investimento, representando, em termos percentuais ou absolutos, ganhos ou perdas no valor do investimento durante um intervalo de tempo específico.

metade dessa cifra destinada à República Dominicana, refletindo o aumento dos investimentos no setor turístico.

Em que pese o complicado cenário atual, as projeções para os próximos anos não são muito animadoras. Durante a apresentação do Balanço Econômico da América Latina e do Caribe, em dezembro de 2018, no Chile, a Secretária-Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, falou de um cenário incerto e complexo, baseado na redução generalizada de cerca de 7% nos preços dos produtos básicos em 2019, no aumento na volatilidade dos mercados financeiros internacionais e no enfraquecimento estrutural do comércio mundial, agravado pelas tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China (CEPAL, 2018). Devido a essa conjuntura mundial de maior complexidade, a CEPAL reduziu, em abril deste ano, a estima de crescimento econômico da região de 1,7% - prevista no final do ano passado - para 1,3% em 2019 (CEPAL, 2019).

Não se veem motores para que o crescimento em 2019 mostre maior dinamismo na economia mundial. A desaceleração de 6,3% esperada para a China e os países emergentes em conjunto, soma-se à desaceleração esperada para os Estados Unidos e para a Zona do Euro. Paralelamente, existem os problemas geopolíticos que afetam a economia global, sendo o mais expressivo deles a tensão existente entre chineses e norte-americanos⁹. Para a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, disputas comerciais como essa prejudicarão o crescimento global e colocarão em perigo os “espectadores inocentes” (GLOBO, 2018). Outrossim, persiste a incerteza a respeito do processo do *Brexit*¹⁰ e a forma que as relações comerciais entre o Reino Unido e a União Europeia terão no futuro, e a situação econômica na Itália pode provocar novas ondas de volatilidade nos mercados, já que se trata da terceira economia do bloco, com 11% do produto da região.

Esse cenário de desaceleração global e tensões comerciais exige uma maior integração regional e mostra que a região terá mais desafios para estimular a vinda de Investimentos Estrangeiros Diretos. Não se trata simplesmente de criar as condições para a chegada desses capitais, mas para que os investimentos se tornem fontes geradoras de emprego, de disseminação tecnológica e produtiva e se orientem para um crescimento econômico

⁹ Até a elaboração deste Guia, está vigente o acordo firmado entre os países suspendendo, durante 90 dias, o plano norte-americano de subir de 10% para 25% as tarifas sobre US\$ 200 bilhões em produtos chineses.

¹⁰ Até a elaboração deste Guia, não houve um acordo definitivo sobre a saída ou não do Reino Unido da União Europeia, na data inicialmente prevista de 29 de março de 2019.

sustentado, inclusivo e sustentável. Afinal, não é só comércio, mas, acima de tudo, investimento. De fato, a relação entre a União Europeia e a China com a América Latina e o Caribe, no que diz respeito ao IED, é particularmente sólida e apresenta vantagens para ambas as partes. Contudo, ainda não há uma transformação produtiva significativa nestes países, sendo necessárias políticas de atração de investimentos integradas aos planos de desenvolvimento sustentável da região, atribuindo especial importância ao aumento das capacidades locais, tanto para atrair IED como para beneficiar-se dele.

Se as nações latino-americanas e caribenhas pretendem aproveitar as possibilidades que esses investimentos oferecem, devem promover políticas nacionais que fomentem o desenvolvimento de uma estrutura produtiva (redes de fornecedores de bens e serviços) que, por um lado, favoreçam as decisões de investimento das multinacionais estrangeiras e, por outro, permitam a transferência de conhecimentos e tecnologia para os territórios locais. Como visto, existem experiências nesse sentido em vários países da região, especialmente no setor de energias renováveis e na indústria automotiva, mas ainda não se conta com uma estratégia integral organizada para os Investimentos Estrangeiros Diretos. Exemplo dessa falta de planejamento é o que ocorre com Chile, Argentina e Bolívia. Esses países têm cerca de 70% das reservas de lítio do mundo, estando 50% concentrada apenas no território boliviano. Todavia, não existem políticas públicas que permitam que essas matérias-primas sejam processadas e industrializadas em seu local de origem. O mais adequado seria uma associação entre essas nações para explorar o lítio conjuntamente e criar uma plataforma industrial de baterias recarregáveis com investimentos europeus, chineses e latino-americanos, o que, infelizmente, não ocorre.

Com um mercado previsível, um acesso a ativos a preços competitivos pelos estrangeiros, uma mão de obra qualificada e uma cadeia logística estruturada (de energia a transportes), a América Latina e o Caribe atrairá cada vez mais investimentos, dando mais valor agregado à região, propiciando o desenvolvimento, a saída do mundo emergente e, quiçá, a possibilidade dessas nações investirem nos países que hoje investem em suas economias, tornando-se, assim, grandes fontes de IED.

5.1 A Agenda 2030 da ONU

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, a chamada Agenda 2030, corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que guiarão a Organização das Nações Unidas e seus Estados-membros rumo ao desenvolvimento sustentável nos próximos anos. A nova Agenda de Desenvolvimento foi oficialmente adotada pelos chefes de Estado e de Governo de todos os países-membros na *Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015*, que ocorreu em setembro de 2015, na sede da ONU, em Nova York. Tal ratificação comprovou o reconhecimento de que todos os países têm desafios a superar na questão da promoção do desenvolvimento sustentável nos aspectos social, econômico e ambiental. O documento propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, equilibrando essas três dimensões do desenvolvimento sustentável. Eles são integrados e indivisíveis, de naturezas global e universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais, respeitando as políticas e prioridades nacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2015):

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Contudo, a Agenda não se limita a propor objetivos e metas, mas atenta para os meios de implementação que permitirão a concretização destes. Isso abrange questões de alcance sistêmico, como financiamento para o desenvolvimento, transferência de tecnologia, capacitação técnica e comércio internacional, o que evidencia a grande importância dos IED na América Latina e no Caribe como meios facilitadores para alcançar tais objetivos. A participação ativa dos setores público e privado, e, principalmente, da sociedade civil mostra-se fundamental para o alcance desses objetivos, motivo pelo qual é necessário harmonizar os incentivos ao desenvolvimento com os objetivos públicos nacionais de investimento de longo prazo. Assim, poder-se-á reduzir as lacunas estruturais de desigualdade existentes na região, diminuindo a pobreza, que se manteve estável em 2017, e tentando erradicar a extrema pobreza, que atingiu, nesse mesmo ano, seu nível mais alto desde 2008 (CEPAL, 2019).

Nesse contexto, vale ressaltar a assinatura do Acordo de Escazú, na Costa Rica, em março de 2018. Um ano depois, 16 das 33 nações assinaram o texto que garante o acesso à informação, a participação pública e a justiça em questões ambientais¹¹. Conforme aponta

¹¹ Até a elaboração deste Guia, apenas a Guiana deu prosseguimento à etapa de ratificação, fundamental para que

Alicia Bárcena, além de ser o único tratado oriundo da Rio +20, é o primeiro tratado regional ambiental da América Latina e do Caribe e o único de seu tipo em conter disposições específicas para a promoção e a proteção dos defensores de direitos humanos em assuntos ambientais (CEPAL, 2019). A chefe da CEPAL lembra ainda que a implementação do texto por todos os países contribuirá para o cumprimento dos ODS e do Acordo de Paris (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Todos esses pontos foram debatidos na segunda reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, no Chile, em abril de 2018, onde as nações renovaram o compromisso de avançar no cumprimento dos objetivos da Agenda. Durante o evento, Alicia Bárcena destacou os avanços que os países haviam registrado no cumprimento da Agenda 2030, revelando o comprometimento que a região tem com os objetivos (CEPAL, 2018).

[...] Conseguimos realizar a missão de nossos fundadores. Na CEPAL, nos atrevemos a imaginar e sonhar. Temos na região uma grande vocação para a igualdade e os direitos e uma profunda inspiração na Agenda 2030, que é uma agenda política, não técnica. Este Fórum demonstrou que nossa região está profundamente comprometida com ela (BÁRCENA, 2018).

Os Investimentos Estrangeiros Diretos são fatores que podem acelerar o ritmo de efetivação e conscientização dos ODS da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe, tendo em vista o poder que eles têm em mobilizar recursos financeiros para região, fortalecer a capacidade para o desenvolvimento, a transferência, a divulgação e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis, bem como propiciar um maior desenvolvimento da ciência e das tecnologias endógenas. Com um IED de qualidade, os países possuem condições mais favoráveis para cumprir os ODS e as metas propostas. Como citado alhures, os países da União Europeia têm seus investimentos na região muito voltados para as energias renováveis, o que corrobora com o cumprimento da Agenda e permite que as nações latino-americanas e caribenhas se desenvolvam de forma sustentável e sustentada, e, gradativamente, modifiquem suas exportações, tornando-as mais valorizadas e menos dependentes dos produtos primários.

6 O PAPEL DE BLOCOS ECONÔMICOS NO FORTALECIMENTO

o documento passe a valer, tendo em vista que este precisa de mais dez ratificações para entrar em vigor.

REGIONAL

Brevemente, pode-se definir os blocos econômicos enquanto negociações intergovernamentais que almejam reduzir barreiras comerciais por meio de acordos de cooperação mútua. Esses tratados podem variar em escala de integração, desde a redução de tarifas até a diluição de fronteiras civis.

É difícil delimitar os ditames do funcionamento da economia global. É preciso tremendo esforço por parte das próprias nações para administrar múltiplas relações com diferentes organizações e Estados. Os blocos econômicos são, nesse sentido, mecanismos de suma importância para a sofisticação dos elementos da economia capitalista. O processo de integração de economia em expansão implica relações demandadas por um sistema a funcionar por base na cooperação e divisão de funções. Assim, em dado momento, é-se necessário dialogar, dada a conexão estabelecida invariavelmente entre as soberanias, os limites territoriais e jurisdicionais com capacidade de expandir modelos de negócios.

O primeiro bloco econômico emergiu na urgência de cooperação entre nações cujos interesses e *modus operandi* convergiam ao ponto de ser-lhes vantajoso reduzir barreiras entre si. Considerado um dos peões embrionários da União Europeia, o *Benelux*, estabelecido em 1944, consistia na união comercial com a redução de tarifas aduaneiras entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo¹². O que se observa na gênese desse modelo de iniciativa é a compatibilidade de organismos sociais distintos capazes de cooperar entre si. Os blocos econômicos obedecem escalas de integração: zona de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária (MANSFIELD e MILNER, 2005). É ideal que não haja partes notavelmente hipossuficientes nos acordos. Quando assim o é, torna-se viável a adoção de medidas qual se vê na União Europeia, bloco marcado por maior parte dos membros em condições econômicas similares que inibem movimentos contrários à sustentabilidade de um bloco econômico. Já o NAFTA, a exemplo, delimita e fecha fronteiras civis em razão da iniquidade entre Estados Unidos e México, sob a qual massas de indivíduos estariam incentivados a migrar das áreas mais pobres para as mais desenvolvidas.

¹² Disponível em *Revue de l'Institut International de Statistique* (1947), vol. 15, no. 1/4, p. 43.

Em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi criada e evidenciou outro ponto de atração para a fundação de blocos econômicos: o fluxo de produtos e a interdependência produtiva. Fosse ao intuito de exportar o aço ou pela necessidade de importá-lo, acordos de comércio em bloco facilitaram as transações. Os países membros do *Benelux* aderiram à CECA posteriormente, em 1952, tendo em vista a livre circulação de carvão, ferro e aço entre os países-membros, e defendiam políticas para a instalação de indústrias siderúrgicas. As condições eram relevantes no período pós-guerra. As nações buscavam reerguer as estruturas das cidades e o tratado impulsionou as rotas de trocas.

Vale mencionar o aspecto político que se foi desenhando ao redor da então futura União Europeia. Além dos objetivos econômicos, listam-se oficialmente as aspirações políticas. Após as duas guerras mundiais do começo do século XX, o ensejo dos países europeus fora o de atenuar quaisquer brechas para conflitos. Destarte, o progressivo alinhamento entre os países do bloco desempenha o papel de diluir eventuais impasses, que, historicamente, até a segunda guerra, estavam associados a domínios territoriais por acesso a recursos. No cenário hodierno, a guerra é pouco lucrativa se comparada à cooperação.

A partir de 1993, após a consolidação da União Europeia, os demais blocos econômicos foram surgindo em “efeito dominó”. Outras espécies de processos de integração já existiam em outros continentes, mas não com os cunhos social, político e econômico, de caráter predominantemente programático em escala mercantil. Isto é, em certo ponto o conceito de bloco econômico superou a instantaneidade de ações econômicas específicas para incorporar as vestes de um plano econômico urgente para os novos moldes da economia.

O advento da integração em massa incorpora países uns aos outros. A criação de blocos econômicos colabora com a ação efetiva de bloquear efeitos negativos da globalização. Nesse sentido, serve “para que os países busquem ordenamentos comuns, respeitando a sua própria pluralidade cultural, econômica e social, elevando assim as chances de diminuir a exclusão e projetar os setores já bem desenvolvidos” (PETRI e WEBER, 2006).

A adesão a um bloco não traz somente benefícios, por certo, e interliga-se a variáveis diversas. As condições de relação entre países e o estado da economia de uma nação devem ser levados em conta. De forma geral, pode-se resumir os incentivos a governos adentrarem acordos de imigração, segundo exposto por Whaley (1998) em artigo: a possibilidade de ganhos provenientes do comércio pelo acesso a mercados mais amplos; o aumento do poder de barganha nas negociações multilaterais no âmbito da OMC ou inter-regionais; o

fortalecimento de reformas políticas domésticas; assegurar aos países pequenos o acesso a mercados de países grandes; e formar alianças estratégicas para prevenir futuros conflitos.

Em matéria de IED, por suposto, os blocos econômicos possibilitam a abertura de fronteiras e a redução de trâmites burocráticos para a injeção e o recebimento de investimentos. Hoje, os quase 40 blocos econômicos formalizados pelo mundo priorizam o funcionamento a otimizar os fluxos de investimentos. Como será visto a seguir, o Mercosul conta com uma complexa estrutura normativa para facilitar que investimentos de fora do bloco percorram todos os países membros de forma mais fluida.

6.1 Mercosul

O Mercosul é a mais abrangente iniciativa de integração da América do Sul. Fundado em 1991, por meio do Tratado de Assunção, o bloco hoje tem mais de 20 anos, desde sua criação no contexto de estabilização das novas democracias do continente. O intuito primordial deste foi de estabelecer uma profunda integração entre os países membros. Segundo o domínio virtual do organismo:

O Tratado de Assunção, instrumento fundacional do Mercosul, estabeleceu um modelo de integração profunda, com os objetivos centrais de conformação de um mercado comum - com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos - o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum (MERCOSUL, 2019).

Destarte, foi-se moldando em medidas econômicas e políticas - estas incorporando também a personalidade jurídica de direito internacional do bloco - que ensejam o rompimento de fronteiras civis e econômicas. Já em 1991, o tratado fundacional estabeleceu o livre comércio intrazona por meio do programa de desgravação tarifária, reduzindo a zero a alíquota do imposto de importação para o universo de bens, com exceção de açúcar e automóveis. Consequente, o processo de União Aduaneira proposto pelo Mercosul, organiza-se em 11 níveis tarifários, cujas alíquotas variam de 0% a 20%. Aqui, obedece-se ao princípio geral da escalada tarifária: insumos têm alíquotas mais baixas e produtos com maior grau de elaboração, alíquotas maiores.

Em matéria organizacional, tem-se explicitado pelo próprio organismo:

O Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, estabeleceu a estrutura institucional básica do MERCOSUL e conferiu ao Bloco personalidade jurídica de direito

internacional. O Protocolo consagrou, também, a regra do consenso no processo decisório, listou as fontes jurídicas do MERCOSUL e instituiu o princípio da vigência simultânea das normas adotadas pelos três órgãos decisórios do Bloco: o *Conselho do Mercado Comum (CMC)*, órgão superior ao qual incumbe a condução política do processo de integração; o *Grupo Mercado Comum (GMC)*, órgão executivo do Bloco; e a *Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)*, órgão técnico que vela pela aplicação dos instrumentos da política comercial comum (MERCOSUL, 2019).

Depreende-se o ensejo do Mercosul em atingir moldes de integração que garantam estabilidade jurídica nos arranjos institucionais. O bloco é o maior receptor de Investimentos Estrangeiros Diretos da região. Segundo levantamento de 2012, atraiu 47,4% de todo o fluxo de IED direcionado à América do Sul, América Central, México e Caribe em 2016 (UNCTAD, 2015). Se encarado como uma economia una, seria a quinta maior do planeta, com um PIB de US\$ 2,39 trilhões. Elencam-se dados outros de importância para o dimensionamento do bloco:

Os membros fundadores (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e a Venezuela, que completou seu processo de adesão em meados de 2012, abrangem, aproximadamente, 72% do território da América do Sul (12,8 milhões de km², equivalente a três vezes a área da União Europeia); 69,5% da população sul-americana (288,5 milhões de habitantes) e 76,2% do PIB da América do Sul em 2016 (US\$ 2,79 trilhões de um total de US\$ US\$ 3,66 trilhões, segundo dados do Banco Mundial) (MERCOSUL, 2019).

Hoje, o bloco conta com cinco países na qualidade de membro pleno: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela - esta última suspensa do bloco desde dezembro de 2016. Tem ainda cinco Estados associados: Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador. A Bolívia, em processo de adesão, planeja tornar-se membro pleno. O bloco almeja desenvolver para os próximos anos um acelerado modelo de desenvolvimento de cooperação e integração pragmático, voltado para resultados no curto prazo. Elencam-se com relevância as seguintes ações já impulsionadas pelo Mercosul (MERCOSUL, 2019).

- Aprovação do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (2017), que amplia a segurança jurídica e aprimora o ambiente para atração de novos investimentos na região;
- Conclusão do acordo do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL (2017), que cria oportunidades de negócios para as nossas empresas, amplia o universo de fornecedores dos nossos órgãos públicos e reduz custos para o governo;

- Encaminhamento positivo da grande maioria dos entraves ao comércio intrabloco;
- Modernização no tratamento dos regulamentos técnicos;
- Apresentação dos projetos brasileiros para Iniciativas Facilitadoras de Comércio e Protocolo de Coerência Regulatória.
- Tratamento do tema de proteção mútua de indicações geográficas entre Estados Partes do MERCOSUL;
- Aprovação do Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo (2017), que estabelece critérios para definir o direito aplicável a litígios dos consumidores em suas relações de consumo.

Segue-se a tendência de amadurecimento dos arranjos internacionais de cooperação. Dessa forma, o Mercosul concerne também o caminho do progresso da democracia enquanto modelo base para o desenvolvimento do comércio livre e justo. Assim, “o sentido da integração do bloco atual é a busca da prosperidade econômica com democracia, estabilidade política e respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais”. (MERCOSUL, 2017).

O tratado de Assunção tem em vista um projeto amplo, ainda não integralmente implementado: a livre circulação de bens, serviços e outros fatores produtivos, incluindo a livre circulação de pessoas; a plena vigência da TEC (Tarifa Externa Comum) e de uma política comercial comum; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; e a convergência das legislações nacionais dos Estados partes. Aspiração que mira também tornar o Mercosul um *locus* de atração de IED. Nesse sentido, no contexto da CEPAL:

Até a década de 80, os economistas cepalinos acreditavam que o comércio internacional retardava o desenvolvimento devido à deterioração dos termos de troca e à variação nos rendimentos resultantes das exportações dos países pobres para os ricos. Suas afirmações estavam baseadas na teoria tradicional do Comércio ou das “vantagens comparativas” de Ricardo, que diz que um país deve especializar-se na produção de um bem no qual seu custo de oportunidade da produção em termos de outros bens é mais baixo que em outros países, e através do comércio cada nação participará dos ganhos (DOMINGUES, 2003).

Em foco no modelo de circulação de capital vigente, tem-se uma tendência lógica de os investimentos partirem majoritariamente de grupos e investimentos sediados em nações desenvolvidas, em torno dos quais giram as grandes remessas de capitais.

O que se observou nos países ricos e que desencadeou formidavelmente o *boom* do Investimento Estrangeiro e a redistribuição do capital pelo globo, foi que, durante e após o

processo de recuperação da crise de 1929, especialmente ao fim da II Guerra Mundial e dado o sucesso do *Plano Marshall*, a ascensão das classes médias, em especial, e uma consequente elevação no poder médio de compra, esse aliado à redução da concentração interna de renda nos países ricos, resultou na expansão do mercado consumidor em diversos setores e qualificou a sociedade em matéria de mão-de-obra. Mencione-se também a interferência do desmantelo de grandes impérios e colônias após a I Guerra Mundial, que cambiou a forma de se adentrar por meio de investimentos países antes subordinados a uma potência. Reiterou-se a necessidade de um novo modelo de relações comerciais a nível global

Essencialmente, houve e segue havendo um deslocamento de mercados produtivos e consumidores induzido por um reequilíbrio de mercado, cuja lógica parte para áreas nas quais haja disponibilidade e potência de expansão econômica. Tem-se que, com a produtividade marginal do capital baixa para investimentos internos, torna-se mais eficaz que se invista os recursos em países que ofereçam maiores prospecções de desenvolvimento. Esses são, em grande parte, os países receptores de capital, as nações subdesenvolvidas.

Simultaneamente, é indiscutível que a riqueza geral do mundo tem aumentado. O PIB e a renda média mundial seguem crescendo a níveis expressivos desde o irrompimento da Primeira Revolução Industrial.

A transferência de capital pode produzir efeitos positivos nos países que os recebem. A injeção de recursos contribui para avanço em setores primordiais para o desenvolvimento, qual a geração de renda, avanços em tecnologia e infraestrutura e maior projeção ao mercado global. Mais importante, segundo o economista Thomas Piketty (2014, p. 69), favorece a difusão do conhecimento, elemento primeiro quando em matéria de necessidades para o processo de desenvolvimento: “o mecanismo pelo qual os países ricos possuem uma parte dos países pobres pode ter repercussões eficazes para a convergência”.

Contudo, é necessário para 1) investidores estrangeiros interessarem-se por um determinado país e 2) o processo de difusão tornar-se concreto por consequência desse investimento, de forma que haja instituições sólidas, transparentes e eficazes, capazes de, respectivamente, garantir segurança jurídica aos investidores e realocar de forma eficiente e benéfica os recursos injetados, de forma que se reverta para o usufruto da população. Segundo Piketty:

Esse processo de difusão do conhecimento não cai do céu: muitas vezes ele é acelerado pela abertura internacional e comercial (a autarquia não facilita a transferência de tecnologia) e, sobretudo, depende da capacidade desses países

[receptores de capital] de mobilizar os financiamentos e as instituições que permitam investir vastos montantes na formação de seu povo, tudo isso sob as garantias de um contexto jurídico para os diferentes atores. Ele está, portanto, intimamente relacionado ao processo de construção de uma potência pública legítima e eficaz. (PIKETTY, 2014, p. 76).

É nesse contexto que o sistema organizacional do bloco econômico incentiva o cumprimento dos requisitos supramencionados. Evidente que não supre as defasagens dos países em particular, mas trilha pelo caminho de sofisticação institucional e segurança normativa. Os países do Mercosul, pelo fato de se estarem subordinados aos acordos vigentes no bloco, têm maior motivação para inserir-se integralmente no mercado global por meio de um corpo mais robusto.

6.2 Aliança do Pacífico

De início, é de suma importância falar que a Aliança do Pacífico fora criada formalmente em um Acordo Macro em 28 de abril de 2011 e formalizada em 6 de julho de 2012 (Acordo Marco da Aliança do Pacífico), durante a 4ª Cúpula da organização, no Observatório Paranal, Antofagasta, no Chile. Estavam presentes na reunião os países-fundadores, que são: Chile, Colômbia, México e Peru. Atualmente, conta com mais um país, a Costa Rica, que se integrou ao grupo no ano de 2013. O objetivo que alicerça o bloco é o regionalismo aberto, por meio do qual fora removido certas tarifas de 92% dos bens que tramitam no comércio entre os Estados supracitados a partir da entrada em vigor do acordo, destarte, a gerar um mercado que assegure a estabilidade econômica diante das vulnerabilidades da economia mundial (ALIANZA DEL PACIFICO, 2014).

A estratégia utilizada por tal organização, além de traçar uma linha econômica e comercial de liberalização, consolida a viabilidade do bloco em termos políticos. Com isso, já foi possível avançar em áreas como cooperação internacional, ciência, tecnologia e pesquisa em benefício das pequenas e médias empresas, além de programas conjuntos em matéria de segurança e defesa.

Em seu Quadro-Acordo foram traçados os objetivos, entre os quais podem-se incluir:

1. Construir de forma participativa e consensual uma área de profunda integração para avançar progressivamente para à livre mobilidade de bens, serviços, recursos e pessoas;

2. Impulsionar o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade das economias de seus membros, com foco em alcançar maior bem-estar, superar a desigualdade socioeconômica e promover a inclusão social de seus habitantes;
3. Tornar-se uma plataforma de articulação política, integração econômica e comercial e projeção para o mundo, com ênfase na região Ásia-Pacífico.

Outra vantagem que vale ressaltar é que justamente não se “amarrou” a alguma institucionalidade típica. Tal fato, apesar de não ser comum, gerou grande alívio para os países partícipes. Em outras palavras, não é limitada por uma burocracia que dificulte seus processos autônomos. Prova disso, é que a Aliança do Pacífico tem sido considerado um bloco excessivamente midiático; contudo, a realidade é que ele tem sido mais efetivo sem burocracia quando comparado a outros blocos de integração regional, extremamente rigorosos no tocante à sua burocracia.

É importante notar que esse bloco regional nasceu como uma ideia de integrar regionalmente os países outrora mencionados. Atualmente, segundo dados publicados pelo próprio comitê, a Aliança do Pacífico abrange 225 milhões de pessoas, sendo o seu PIB per capita de US\$18.000,00 e exporta cerca de US\$ 562 Milhões ao ano. Quando se observa mais de perto, ele se tornou o novo maior bloco econômico do cenário internacional.

É essencial destacar que, nesses anos que sucederam a sua criação, já foram desenvolvidas diversas Cúpulas Presidenciais, nas quais foram consolidados mais acordos, bem como houve a execução de outras atividades consideradas como complementares. Acredita-se que, a partir da década de 1990, a integração da América latina adequa-se a estratégia do regionalismo aberto ou regionalismo liberal, em qual se sobressai a contexto econômico em relação a outros - podendo-se citar social ou político. Destarte, fora desenvolvido um cenário que favorece a flexibilização, ou até mesmo o pragmatismo, ao invés de um real aprofundamento institucional de cooperação entre os países e integração regional.

Essa busca por novos parceiros comerciais havia sido iniciada ainda na administração do presidente mexicano Felipe Calderón (2006-2012), que enfrentou o pior momento da crise, com a celebração de acordos de livre comércio e a constituição da Aliança do Pacífico. Essa agenda foi impulsionada com a eleição do governo de forte tendência liberal de Enrique Peña Nieto, em 2012, no México. No processo de projeção externa da economia mexicana, Peña

Nieto, de acordo com Pastrana Buelvas (2015), planejou um projeto ambicioso para seu país: “transformá-lo em uma potência econômica emergente e em um ator com responsabilidade global.” A busca de maior projeção política e econômica na América do Sul é, por certo, um componente significativo para que o México possa auferir maior prestígio na esfera internacional.

No cenário internacional, é impossível conceber a ideia de grupos ou atores totalmente fechados, por isso o bloco tem alguns países que são considerados observadores, tais como: Argentina, Equador, Espanha, França, Guatemala, Haiti, Estados Unidos, Honduras, Japão, Panamá, Portugal, Paraguai, República Dominicana, El Salvador, Uruguai, e outros 40 países.

Os países mencionados têm que cumprir diretrizes impostas pelas nações pertencentes do bloco, de acordo com as disposições estabelecidas pelo Conselho de Ministros. Essencialmente, eles têm que compartilhar os princípios e propósitos estabelecidos no Tratado do Acordo-Quadro da Aliança do Pacífico. É permitido aos países-observadores participar de reuniões para as quais são convidados pelos países membros, e ainda serão ouvidos em reuniões.

Entre as atividades da Aliança do Pacífico, uma das mais notáveis é a criação do Fundo de Capital do Empreendedor. Tal ferramenta é de enorme utilidade para fomentar os esforços de exportação das empresas que se encontram dentro da circunscrição do bloco, gerando, destarte, a diminuição da taxa de emprego em cada país.

Ainda, outro importante objetivo é promover uma maior mobilidade de pessoas. Para conseguir isso, os quatro países eliminaram a exigência de visto de turistas para nossos cidadãos e residentes estrangeiros, bem como foram criados programas que promovem a participação de jovens em projetos sociais que lhes permitem viajar para trabalhar e conhecer de perto qualquer um dos países-membros da Aliança. Também fora estabelecida uma Plataforma de Mobilidade Acadêmica e Estudantil que, no primeiro semestre de 2018, ofereceu mais de 1.800 bolsas de estudo para estudantes do Chile, da Colômbia, do Peru e do México.

Como citado, a Aliança do Pacífico possui o que faltou nos processos de integração que a antecederam: interesses comuns, união de valores e convergência de princípios.

Entretanto, a Aliança não está isenta de problemas internos, especialmente quando se analisa o histórico territorial entre dois países (Chile e Peru), mas não se configura um entrave que impossibilitaria a consolidação do grupo, até mesmo porque se trata dos Estados mais

moderados do continente e uma garantia de diálogo e cooperação com os Estados Unidos. (WESTERHAUSEN, 2013).

Outro importante desafio para o êxito da Aliança do Pacífico está na ascensão ao governo de Donald Trump, um político que se concentra em um discurso antiglobalização e em uma plataforma econômica protecionista, que pode dificultar sobremaneira o acesso das exportações do bloco àquele mercado. A expectativa dos países do bloco de integrar-se à economia mundial de maneira mais rápida e efetiva por meio do megabloco da Parceria Transpacífico (TPP) desintegrou-se com a decisão de Trump de retirar os Estados Unidos do acordo. Não menos importante é a possibilidade de revisão da NAFTA, com efeitos deletérios para a economia do México e, por extensão, da Aliança do Pacífico.

6.3 Convergência entre os blocos

Historicamente, os países sul-americanos, subordinados à demanda dos países centrais, tiveram na exportação de produtos primários o centro dinâmico de suas economias. Adicionalmente aos aspectos geográficos, a atividade econômica estimulou a ocupação populacional no litoral, de modo que os países da região viveram, durante séculos, “de costas” uns para os outros, negligenciando a necessidade de construir uma infraestrutura inter-regional.

É preciso pontuar que a CEPAL é uma consistente defensora dos blocos, pois, segundo Alicia Bárcena, constitui “uma oportunidade histórica para avançar no sentido de uma integração de verdadeiro escopo regional” (BÁRCENA, apud WESTERHAUSEN, 2016). Em sua visão, considera que as possibilidades de diversificação produtiva e exportadora da região dependem estritamente das perspectivas de um processo integrador e acrescenta que um mercado regional integrado pode estimular o crescimento e diminuir a vulnerabilidade da região perante um risco de um menor dinamismo econômico no resto do mundo (WESTERHAUSEN, 2016).

Muitos estudiosos apontam que a Aliança do Pacífico pode ser percebida como uma reação às iniciativas de integração em curso na América do Sul, as quais visam dotar seus países de maior autonomia extrarregional. A existência de dois blocos na região é produto da inexoravelmente na fragmentação da América do Sul.

Ao passar dos anos, fora notável a consolidação tanto do Mercosul, quanto da Aliança

do Pacífico no cenário internacional. Esse fenômeno tende a prejudicar a fragmentação que é perceptível dentro da América Latina; caso se realizasse, condenaria em definitivo todos os esforços realizados até os dias atuais de integrar toda a região, mesmo que não tenha surtido tanto efeito quando comparados com a Europa que apresenta um comércio exterior altíssimo ou, até mesmo, os países da Ásia.

Os dois blocos apontam, juntos, por cerca de 90% do PIB e dos fluxos de IED na América Latina e Caribe, e representam, aproximadamente, 80% da população da região - um mercado de quase 470 milhões de pessoas. Em 2017, o comércio do Mercosul com a Aliança do Pacífico alcançou o número de US\$ 35,3 bilhões, registrando crescimento de 18% em relação ao ano anterior. No mesmo ano, o comércio do Brasil com a Aliança do Pacífico atingiu US\$ 25 bilhões, um crescimento de 21,4% (PATRIOTA, 2013).

Em suma, se analisar comparativamente ambos os blocos (em aspectos econômicos internacionais e macroeconômicos), se deduz que o Mercosul tem, no todo, um “peso” maior que a Aliança do Pacífico; contudo, o grau de diferença é pequeno. É fato consolidado, também, que os dois possuem heterogeneidades quanto aos atores que participam de cada grupo. Se de um lado, as diferenças poderiam enfraquecer, do outro, percebe-se que o Mercosul é mais harmonioso no quesito de ponto de vista da estrutura econômica de seus membros, mas a Aliança do Pacífico consegue o superar no quesito de ser mais coeso quanto aos seus objetivos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por novas políticas econômicas que possibilitem ganhos financeiros sempre esteve no rol de interesses dos Estados. No entanto, foi apenas a partir da crise financeira de 2008, segunda maior crise econômica da história, que se deu início a uma nova concepção mundial acerca da importância da utilização de métodos transformadores e modernos ao se tratar do sistema financeiro global, principalmente, em relação aos países da América Latina e do Caribe.

Em razão disso, o presente comitê tem como escopo trazer e também buscar formas inovadoras de debates e concepções acerca dos dilemas que acompanham as economias latino-americanas e caribenhas, tanto no sentido de dar a esses países um maior protagonismo no cenário internacional, quanto para promover esforços no sentido de que as

nações estabeleçam vínculos mais fortes entre si por meio dos blocos econômicos. Sob a perspectiva do desenvolvimento das nações, os Investimentos Estrangeiros Diretos são um meio de desenvolvimento econômico possível de diminuir, progressivamente, a importância em relação aos países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos, a Europa e os países asiáticos.

Entretanto, muitos países ainda encontram problemas ao tentarem se desenvolver de forma sustentável, uma vez que se trata de um difícil percurso a ser trilhado, aliar crescimento econômico com a promoção do meio ambiente, além do desafio de estabelecer acordos e vínculos comerciais com outras nações. É justamente essa dicotomia que esse comitê busca unir: desenvolvimento sustentável e fortalecimento de blocos econômicos, mediante promoção de diálogos sobre soluções que resultem no desenvolvimento econômico das nações que possuem esse objetivo. Ademais, é importante frisar que a Comissão das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe não busca apenas propor a construção de ideias e debates acerca do desenvolvimento econômicos dos países que a compõe a partir de um marco abstrato, mas também busca a solução para problemas concretos que estão em voga atualmente, como a redução do fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos na região, bem como o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Dito isto, é possível afirmar que este tema possibilita a discussão sobre novos caminhos, os quais determinarão a agenda da economia mundial dos próximos anos, incluindo o modo dos países se relacionarem economicamente, estabelecendo laços e/ou criando blocos econômicos. Nesse sentido, como comitê de políticas econômicas para o desenvolvimento da América Latina e o Caribe, a CEPAL busca gerar soluções acerca do desenvolvimento da economia local, trazendo meios pertinentes que possibilitem o crescimento e desenvolvimento sustentável mútuo dos Estados participantes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Economia. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/cepal-reduz-previsao-de-crescimento-da-america-latina-e-do-caribe>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

ALIANZA DEL PACIFICO. Constitución del Consejo Empresarial. Oficial. Disponível em <<https://alianzapacifico.net/wp-content/uploads/2015/08/constitucion-del-Consejo-Empresarial.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

ALIANZA DEL PACIFICO. Declaración de Cali. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documents/cali.pdf>>. Acesso em: 20 jan. de 2019.

ALIANZA DEL PACIFICO. Oficial. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/en/observant-countries/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ALIANZA DEL PACIFICO. Protocolo Adicional al Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documentos>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. Revista Espaço da Sophia, Parte 1: ano 5, n. 43, julho-setembro 2011, p. 63-79; Parte 2: ano 5, n. 44, outubro-dezembro 2011, p.143-170. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4177752-O-desenvolvimento-do-mercosul-progressos-e-limitacoes.html>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

APEX BRASIL. Investimento. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

ARAÚJO, Lucas Gomes Dantas de. Aliança do Pacífico vs Mercosul: uma análise histórica sob o ponto de vista econômico e institucional. 2915. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Católica de Brasília - UCB, Brasília, 2012. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CEN/article/view/6425/4038>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. A América do Sul em movimento. Revista Economia Política. 2008, vol. 28, n. 2, p. 226-238.

BBC. As 3 economias da América Latina próximas de se tornarem as maiores decepções de 2018. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46448429>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BERNAL-MEZA, Raúl. Alianza del Pacífico versus ALBA y MERCOSUR: Entre el desafío

de la convergencia y el riesgo de la fragmentación de Sudamérica. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 26, n. 1, 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. *Revista de la CEPAL*. Nro. Extraordinario: CEPAL cincuenta años. Santiago, Chile: octubre, 1998.

BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Fundación Biblioteca Ayacucho, Caracas, 3ª ed., 1985.

BRAGA, Márcio Bobik e FIGUEIREDO, Ganan de Brites. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: O primeiro integracionismo latino-americano. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 9, no . 2, maio-agosto, 2017, p. 308-329. Disponível em: <<http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/141/147>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. *História do pensamento econômico*. Editora Cengage Learning. Tradução da 8ª edição norte-americana. 2ª edição brasileira. 2017.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CEPAL. Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe (documento informativo). 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44338/1/S1801133_pt.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CEPAL. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe (documento informativo). 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43691/4/S1800413_pt.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt/textos>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/articulos/2017-agenda-2030-estrategia-diferente-un-tiempo-diferente>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/articulos/2018-o-acordo-escazu-conquista-ambiental-america-latina-o-caribe>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-comemora-70-anos-contribuicoes-desenvolvimento-sustentavel-igualdade>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/paises-regiao-incentivam-todos-os-setores-sociedade>>.

de-redobrar-esforços-cumprimento-agenda>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-america-latina-manteve-se-estavel-2017-mas-extrema-pobreza-aumentou-atingindo>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/o-investimento-estrangeiro-direto-america-latina-caribe-cai-pelo-terceiro-ano>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: <https://cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

CEPAL. Oficial. Disponível em: https://cepal.org/notas_p/79/EnFoco_73.html>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da. Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Editora Zahar. 1978. p. 29-59.

CORAZZA, Gentil. O regionalismo aberto da CEPAL e a inserção na América Latina e na globalização. Artigo. Porto Alegre: ensaio FEE, 2006.

CULTURA MIX. Economia. Disponível em: <https://economia.culturamix.com/inflacao/inflacao-inercial>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

DULCI, Tereza Maria Spyer. As conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928). Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

EL PAÍS. Economia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/05/economia/1530797275_957108.html>. Acesso em: 26 dez. 2018.

FOLHA. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/eleicoes-na-america-latina-testam-continuidade-de-projetos-em-2019.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

FARIZA, Ignacio e MONTES, Rocío. Impulsionada pelo Brasil, extrema pobreza na América Latina tem pior índice em dez anos. El País, México e Chile, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/internacional/1547563856_964646.html>. Acesso em: 18 jan. 2019.

FARRET, Rafael Leporace e PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. Topoi, Rio de Janeiro, vol.12, n.23, 2011. pp.30-42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2019.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Editora Nacional. Edição 29. 1999. p.

155-160.

GLOBO. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/09/as-3-economias-da-america-latina-proxi-mas-de-se-tornarem-as-maiores-decepcoes-de-2018.ghml>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

GLOBO. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/06/entenda-a-guerra-comercial-e-seus-poss-i-veis-impactos.ghml>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina . Estudos Avançados, vol. 2, n. 1, 1988. pp. 5-40. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8474/10025>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

ITAMARATY. Oficial. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19173-reuniao-de-presidentes-do-merc-osul-e-da-alianca-do-pacifico-puerto-vallarta-24-de-julho-de-2018>>. Acesso em 01 fev. 2019.

MACHADO, João Bosco Mesquita. Mercosul: processo de integração - origem, evolução e crise. São Paulo: Aduaneiras, 2000. p. 19.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Editora Polis Vozes. 1984. p. 23-76.

MERCOSUL. Oficial. Disponível em: <http://mercosul.gov.br/2_uncategorised/165-mercosul-caminhos-para-o-futuro>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MORE, Rodrigo Fernandes. Integração econômica internacional. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 59, 2002. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%204.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MUÑOZ, Alfredo Sánchez. El nuevo mapa político y económico de América Latina: Alianza Pacífico versus UNASUR. Estudios Geográficos, vol. 73, no 273, p. 703- 719, 2012. Disponível em: <<http://estudiosgeograficos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgeograficos/article/viewFile/388/388>>. Acesso em: 05 de jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-passa-a-ser-4o-maior-destino-de-investimento-estrangeiro-dir-eto-relatorio/>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-programa-chines-e-oportunidade-de-investimentos-sustentave-is-na-america-latina/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/amp/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-pede-ratificacao-de-acordo-latino-americano-sobre-justica-ambiental/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-reduz-para-13-estimativa-de-crescimento-para-america-latina-e-caribe-em-2019/>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Carta. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 15 dez. 2018 e 17 jan. 2019

NAÇÕES UNIDAS. Carta. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/carta/cap4/> >. Acesso em: 17 jan. 2019.

O GLOBO. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/artigo-alianca-do-pacifico-sete-anos-de-integracao-por-enrique-pena-nieto-22910078>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. O Mercosul e a Integração Regional. Interesse Nacional, Brasília, v. 23, n. 6, p. 67-75, out-dez 2013. Disponível em: <<http://interessenacional.com.br/wp-content/uploads/2018/01/IN-23.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 669.

PUC RIO. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0210275_04_cap_02>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SILVA, Pedro Ylunga Costa da, BEUREN, Ilse Maria, LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de e SARQUIS, Raquel Wille. Análise da homogeneidade dos indicadores sociais dos países da América Latina e do Caribe. Revista Globalização, Competitividade e Governabilidade, Georgetown University, vol. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://gcg.universia.net/article/viewFile/1030/1487>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SILVEIRA, Márcio e SOUZA, Vitor Hélio Pereira. América Latina: Cinco Séculos em Busca da Integração. Revista Formação, UNESP, São Paulo: vol. 1, n. 21. 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2763/2552>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

UOL. Economia. Disponível em:

<<http://porque.uol.com.br/investimento-estrangeiro-direto-por-que-e-tao-importante/>>.
Acesso em: 27 dez. 2018.

VARGAS-ALZATE, Luis Fernando. Integração diferenciada: a Aliança do Pacífico e o setor privado. 2017. Disponível em:
<<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/integração-diferenciada-a-aliança-do-pacífico-e-o-setor-privado>>. Acesso em: 08 fev. 2019.